

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	3040
Anuncios, por linha	3060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes: Com estampilha..... 3\$600 réis Sem estampilha..... 3\$000 ..

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda collecções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por collecção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES

1.º ANUNCIO

Por participação do director interino do circulo das alfandegas do Algarve, consta que na noite de 16 do corrente, na altura do cabo de Santa Maria, fora a pique o bergantim prussiano *Quick*, capitão C. R. Kraeff, procedente de Middelburg, carregado de cook e ferro; tendo-se salvado o dito capitão e mais tripulação, com algumas bagagens e pequenos objectos, em duas lanchas, que deram entrada no porto de Faro. O que se faz publico em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 23 de março de 1860.—*Nuno José Gonçalves*.

1.º ANUNCIO

Por participação do director interino do circulo das alfandegas do Algarve, consta ter o brigue barca norueguês *Suedois*, conduzido para o porto de Faro a tripulação da galera franceza *Louisiane*, capitão Jude de Beauséjour, que tendo saído de Bordeaux carregada de carvão de pedra, vinho e aguardente, com destino para Saigou, na China, fora a pique ao travez de Lisboa, no decimo quinto dia da sua viagem. O que se faz publico em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 23 de março de 1860.—*Nuno José Gonçalves*.

1.º ANUNCIO

Por participação do conselho director da alfandega grande de Lisboa, consta terem ali desembarcado no dia 19 do corrente, o capitão A. W. Lavander, sua mulher, e mais treze pessoas da tripulação da galera americana *Lady Suffolk*, procedente de Liverpool, carregada de carvão e sal, com destino para Calcutá, os quaes haviam sido conduzidos a Cascaes pelo brigue inglez *Sapho*, que a encontrara em perigo, a trezentas milhas ao mar, havendo o brigue *Meersabout* igualmente tomado outros quinze individuos da dita galera. O que se faz publico em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 23 de março de 1860.—*Nuno José Gonçalves*.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONAES

FABRICA

Na lista de venda de bens nacionaes n.º 1242, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 60, de 14 do corrente mez, depois da verba n.º 27:917, deve ler-se a seguinte nota: O arrematante da propriedade n.º 27:917 fica obrigado a tapar as communicações com o edificio do banco rural.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

2.º DIRECÇÃO — 1.º REPARTIÇÃO

Sendo accertado que o dr. Frederico Weltsch venha redigir em Lisboa os relatorios da sua exploração da provincia de Angola, e por na devida ordem as collecções que tem feito dos productos naturaes da mesma provincia: manda Sua Magestade-El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar participar ao mesmo dr. Frederico Weltsch que na data de 10 d'este mez se expedi ordem ao governador geral da provincia de Angola para lhe fazer abonar a competente ajuda de custo para a viagem, e para que lhe tome passagem em um dos primeiros vapores da companhia *uniao mercantil*, fazendo conduzir na mesma embarcação, se for possível, as collecções que tem formado, e em todo o caso providenciando para que taes collecções sejam transportadas com toda a segurança. Por esta occasião manda Sua Magestade declarar ao dr. Frederico Weltsch, que em Lisboa lhe será abonada mensalmente uma prestação em quanto estiver empregado em ordenar e publicar os seus trabalhos.

Paço, em 23 de março de 1860.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello*.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de obras publicas

Sua Magestade-El-Rei, conformando-se com o pa-



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600

Communicados e correspondencias, por linha..... 3060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

recoer do conselho das obras publicas, ha por bem ordenar que o intendente das obras publicas do districto de Lisboa faça proceder ás obras de reconstrução da estrada na baixa de Loures, que faz parte da de Lisboa a Torres Vedras, na extensão de 330m; ficando o mesmo funcionario autorisado a

despender nas ditas obras até á quantia de 800\$000 réis, constantes do respectivo orçamento datado de 7 de fevereiro ultimo.

Paço, em 24 de março de 1860.—*Antonio de Serpa Pimentel*.—Para o intendente das obras publicas do districto de Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Boletim dos preços correntes de fundos publicos, titulos de divida publica sem juro, acções de bancos e de companhias, e do curso dos cambios, na semana de 19 a 24 de março de 1860

PAPEIS DE CREDITO PUBLICO				ACÇÕES DE BANCOS E DE COMPANHIAS								
Fundos publicos				DESIGNAÇÃO DAS ACÇÕES								
Inscrições de assentamento de 3 por cento, com juro desde o 1.º de janeiro de 1860.....	47	47 1/4		BANCOS....	(de Portugal (titulos de cinco acções).....	16:000	500\$000	todas	500\$000	548\$000	550\$000	2.º semestre de 1859
Inscrições com coupons, idem idem.....	46	46 1/4			comercial do Porto.....	10:000	200\$000	6687	200\$000	255\$000	256\$000	Idem
Certificados de divida differida.....	33 1/2	33 3/4			mercantil portuense.....	7:500	200\$000	todas	200\$000	230\$000	235\$000	Idem
					das lezírias do Tejo e Sado.....	4:000	500\$000	3:000	500\$000	460\$000	462\$000	Anno de 1859
Titulos de divida publica sem juro				COMPANHIAS	uniao mercantil.....	5:000	90\$000	todas	90\$000	90\$000		
Titulos de divida publica (antigos).....	1	2			de seguros bonança.....	7:500	200\$000	todas	12\$000	40\$000	42\$000	Anno de 1858
Ditos azues.....	1 1/2	2 1/2			de seguros fidelidade.....	1:344	1:000\$000	—	50\$000	305\$000	308\$000	Anno de 1859
Ditos das tres operações.....	12	17			de seguros segurança do Porto.....	1:000	1:000\$000	—	50\$000	170\$000	172\$000	Até 30 de junho de 1859
Papel-moeda.....	27	29			de seguros quidade.....	2:000	500\$000	—	25\$000	120\$000	130\$000	Até 30 de junho de 1858
					de seguros garantia.....	1:000	1:000\$000	—	60\$000	120\$000	130\$000	Até 30 de junho de 1857
					de fiação e tecidos lisboenses.....	2:000	500\$000	—	25\$000	85\$000	90\$000	Anno de 1859
					de fiação e tecidos de Torres Novas.....	10:000	100\$000	5:000	100\$000	85\$000	90\$000	Idem
					de lanifícios do Campo Grande.....	4:000	100\$000	1:389	50\$000	68\$000	70\$000	Anno de 1856
					lisboense de iluminação a gaz.....	2:400	50\$000	1:389	50\$000	26\$000	28\$000	Anno de 1859
					portuense de iluminação a gaz.....	20:000	50\$000	16:000	50\$000	49\$000	50\$000	2.º semestre de 1859
					idem idem beneficiarias.....	8:000	50\$000	todas	50\$000	38\$000	40\$000	2.º semestre de 1857
					comhiense de iluminação a gaz.....	4:000	50\$000	—	—	8\$000	—	—
					dos canaes de Azambuja.....	4:000	50\$000	—	—	25\$000	—	—
					dos vapores do Tejo.....	4:000	25\$000	—	25\$000	48\$000	50\$000	2.º semestre de 1853
					de carruagens omnibus.....	1:600	150\$000	—	150\$000	10\$000	11\$000	Anno de 1855
				de papel de Alentejo.....	3:000	50\$000	2:020	50\$000	100\$000	102\$000	Anno de 1859	
				de algodões de Xabregas.....	600	100\$000	400	100\$000	100\$000	100\$000	2.º semestre de 1858	
				lusiânia de navegação a vapor.....	5:000	10\$000	todas	10\$000	7\$000	8\$000		
				de manutenção civil.....	60	1:000\$000	40	1:000\$000	1:000\$000	1:000\$000	Anno de 1859	
				de messagerias e malas-postas portuguezas.....	750	200\$000	todas	200\$000	200\$000	201\$000	2.º semestre de 1859	
					160	550\$000	—	550\$000	600\$000	605\$000		
					1:600	100\$000	—	100\$000	100\$000	—		
					1:600	50\$000	1:044	50\$000	—	—		

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 24 de março de 1860.—O syndico, *Miguel Mac Bride*.
Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 24 de março de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda*.

Boletim dos premios de seguros maritimos effectuados, na semana de 19 a 24 de março de 1860

PORTOS D'ONDE E PARA ONDE SE CONVENCIANARAM OS SEGUROS			PREMIOS	
PROCEDENCIAS	DESTINOS	EM NAVIOS DE VELA	EM BARCOS A VAPOR	
Porto.....	3/4 a 1 p. cento	—	—	
S. Martinho.....	3/4 a 1 p. cento	—	—	
Mercado.....	3/4 a 1 p. cento	—	—	
Villa Real de Santo Antonio.....	3/4 a 1 p. cento	—	—	
Portimão.....	3/4 a 1 p. cento	—	—	
Madeira.....	3/4 a 1 p. cento	—	—	
S. Miguel.....	3/4 a 1 p. cento	—	—	
Terceira.....	3/4 a 1 p. cento	—	—	
Ilhas de Cabo Verde.....	3/4 a 1 p. cento	—	—	
Londres.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Liverpool.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Leith.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
S. Nazaire.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Pomeroy.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Gibraltar.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
New York.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Baltimore.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Rio de Janeiro.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Maranhão.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Pará.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Berghem.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Fayal.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Bahia.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Pernambuco.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Lisboa.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Berghem.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	
Lisboa, com escalas.....	1/2 a 1 p. cento	—	—	

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 24 de março de 1860.—O syndico, *Miguel Mac Bride*.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 24 de março de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda*.

REPARTIÇÃO CENTRAL

N.º 329.—III.º e ex.º sr.—Tenho a honra de elevar á presença de v. ex.º o relatório que me dirigiu o inspector dos pesos e medidas do districto do Funchal, ao terminar o ensino do systema metrico-decimal aos professores de instrução primaria do mesmo districto.

Deus guarde a v. ex.ª Inspeção geral dos pesos e medidas do reino, 20 de março de 1860.—III.º e ex.º sr. Antonio de Serpa Pimentel, ministro das obras publicas, commercio e industria.

—O inspector geral, *Joaquim Henriques Fradesso da Silveira*.

Relatorio dos meios empregados para o ensino e propagação do novo systema de pesos e medidas, e dos resultados obtidos por esses meios no districto administrativo do Funchal.

Depois dos trabalhos de comparação das medidas antigas com as do novo systema metrico-decimal, seguiu-se o ensino d'este mesmo systema ás mestras e professores de instrução primaria, conforme as instrucções que havia recebido quando parti d'essa capital para esta ilha.

Particpei oficialmente para este fim ao ex.º sr. governador civil José Maria Baldy, que me achava encarregado do ensino do mencionado systema, e em seguida n'uma conferencia que s. ex.ª se dignou ter comigo, e depois de consultar o sr. commissario dos estudos, Marceliano Ribeiro de Mendonça, foi dividido o districto nos tres seguintes centros de ensino: o primeiro no Funchal, o segundo em Machico, e o terceiro na Ribeira Brava, sendo distribuidas as mestras e professores por estes tres centros, attendendo quanto foi possível ás distancias de suas residencias a estes pontos de reunião e por consequencia á economia de transportes.

Antes de começar as preleções para as mestras e professores de instrução primaria subsidios pelo estado, dirigi convites, não só aos professores particulares, como também a todos os professores municipaes, resultando que estes ultimos compareceram, regularmente com os primeiros, a ouvir as referidas preleções.

Depois de feita a divisão do districto em tres centros de ensino, cumpria-me participar immediatamente o modo por que ella se havia feito; porém a demora da vinda do paquete d'essa capital para esta ilha obrigou-me a começar antes d'esta participação, e desde logo, com os trabalhos do ensino, porque era forçoso diffundir instantemente o conhecimento do novo systema metrico-decimal, não só pelas mestras e professores de instrução primaria, como também pelo publico em geral, de maneira que quando eu recebi o officio n.º 542, de 10 de setembro do anno proximo passado, em que se me

mandava abrir um curso do systema na capital do districto, para os professores e empregados das repartições do estado, já eu havia começado o ensino aos professores e ao publico no centro do grupo da Ribeira Brava, tendo começado pelo campo para aproveitar o tempo em quanto ia bom, porque mais adiante, no rigor do inverno, os caminhos se tornariam aqui, como de costume, intransitaveis pelas chuvas e engrossamento das ribeiras.

Participando a maneira por que me tinha conduzido n'estes trabalhos, em meu officio n.º 10 de 4 de outubro do anno findo, eu tive a satisfação de ver, que pelo officio n.º 632 do mencionado mez e anno, era approvedo o methodo que eu havia adoptado para a execução do serviço do ensino.

Ultimado o trabalho das preleções e exames ao grupo de professores, que compunham o foco de ensino na Ribeira Brava, onde eu mesmo dei as preleções, passei ao Funchal, capital do districto, e ali juntei aos convites, que já havia feito, um novo convite a todos os empregados das repartições do estado, dirigindo-me para este fim officialmente a ss. ex.ªs os srs. governadores civil e militar; todavia, em consequencia de serem os ditos empregados muito occupados durante o dia nos trabalhos das mesmas repartições, não poderam assistir ás preleções com os professores de instrução primaria, e foi necessario abrir depois para elles um curso nocturno e especial, o qual só pôde ter começo a 19 de janeiro do presente anno, satisfazendo d'este modo ao que me fora determinado.

Alem do curso que deixo dito, eu já tinha aberto um outro curso nocturno a 16 do referido mez de janeiro, para todos os logistas, caixeiros e operarios, aos quaes durante o dia não era possível distraírem-se dos seus trabalhos para irem ouvir as preleções.

Para os individuos, que não sabiam ler nem escrever, eu fiz um curso totalmente pratico, de que se tem tirado bons resultados. Este curso consistiu em saberem pronunciar os nomes dos novos pesos e medidas, distinguindo-os, e dizendo ao mesmo tempo de cór a relação que tem as novas medidas entre si, assim como a correspondencia d'ellas com as unidades do antigo systema, não só em referencia ás medidas de Lisboa, como também ás medidas do Funchal, habilitando os mesmos em alguns problemas praticos de redução de medidas antigas a modernas, e vice-versa; dando-lhes tipos mnemónicos, ou pontos de partida, como por exemplo nas medidas lineares, a vara igual a um metro e um decimetro, dez varas iguaes a onze metros, vinte varas iguaes a vinte e dois metros, trinta varas iguaes a trinta e tres metros, etc.

Muito poucas pessoas do campo frequentaram regularmente o curso do systema metrico-decimal. A causa d'esta falta de frequencia proveiu da má

ideia que a maior parte dos habitantes dos campos faziam do systema, pois que, extranhos a todas as reformas, e ignorando cabalmente os principios humanitarios que ellas encerram, só acreditam na ignorancia dos antagonistas e dos rotineiros, e só querem ver amanhã o mesmo que viram hoje, porque o sol nasce sempre do oriente, e se esconde no occidente, porque é aquella a cruz do campanario que viram desde a infancia, e lá mais adiante o cemiterio onde repousarão eternamente! Triste miseria, que nos conservaria ainda em um estado quasi selvagem, se o homem tivesse pensado sempre assim! Como se a intelligencia e o trabalho não fossem os dois grandes reciprocos motores, pelos quaes o homem tem saído da degradação, obtendo por elles milhares de produções sublimes, que o collocam acima de todos os seres, e o aproximam de Deus!

Ve-se pois que a causa principal da falta de amor para as boas reformas, e a pouca concorrência que houve ás preleções não só n'esta ilha como no continente, é sem duvida devida á falta de instrução que se nota na maior parte dos nossos habitantes dos campos.

Em quanto não se instruirem os homens dos campos, as boas reformas serão sempre ao principio mal recebidas por elles, e os grandes melhoramentos, que a agricultura tem obtido em todos os povos mais civilizados, serão para elles uma chimera.

Se se dissesse a alguns dos nossos lavradores, que uma machina Barrat, da força de dez cavallos a vapor, só com o auxilio de dois homens, pôde lavar em horas de trabalho dois hectares de terreno (vinte mil metros quadrados, ou quatrocentas e treze braças quadradas, proximoamente) com a pequena despesa de 4\$800 réis, tomariam estes factos como um aranzel de mentiras, e incredulos reputariam estas verdadeiras e interessantes invenções por tão fabulosas, como qualquer dos individuos das classes illustradas pôde reputar fabulosos os contos de Gallant, nas Mil e Uma Noites.

Compete pois ás pessoas illustradas e aos governos, o trabalharem na grande obra da instrução publica, fazendo com que a luz da civilização moderna se vá reflectir, não só nas grandes cidades, como também pelas outras povoações dos campos, projectando-se sobre os montes e as serranias, atravessando os vales e as campinas, e animando os seus habitantes; porque essa luz é a do sol do espirito, tão necessaria para a vida moral e intellectual, como a do proprio sol é para a vida physica. Só ella fará então que muitas das povoações dos campos saiam do estado de asperesa e quasi barbaaria, abraçando intimamente e sem difficuldade as boas reformas, e conhecendo o quanto podem ser para si e para a sociedade.

A instrução (dizem com razão os mais celebres escriptores), sendo a primeira necessidade dos povos, é a base de todos os grandes melhoramentos. de todas as grandes reformas, tornando-se por consequencia a instrução primaria um grande dever do legislador, porque privar uma grande parte dos cidadãos do seu beneficio influxo, é privar-lhes dos seus mais justos direitos, é privar-lhes da felicidade.

Fazer desaparecer as impressões que as palavras dos antagonistas das boas reformas causavam nos espiritos das pessoas menos illustradas, foi em que consistiu uma grande parte do meu trabalho. Para isto tem concorrido também, alem dos empregados d'esta inspeção, muitos cavalheiros, e de algum modo o clero da Madeira, clero na verdade illustrado, sem o fanatismo, nem a hypocrisia monacal.

Quando visitei o ex.º e rev.º bispo d'esta diocese, o sr. D. Patricio Xavier de Moura, vi que este illustre prelado já estava ao facto dos serviços prestados pelo clero do Piemonte, para se diffundir o conhecimento do systema metrico-decimal pelo povo, e levarem a effecto o decreto de 11 de setembro de 1845, em que Carlos Alberto prescrevia a applicação do mesmo systema n'aquelle paiz. S. ex.ª não ignorava o quanto tinham trabalhado os diferentes bispos, e principalmente o padre Theogé, das escolas christãs, para que o povo menos illustrado comprehendesse a utilidade d'aquella grande reforma. Assim, o mesmo ex.º sr. não duvidou prestar-me a sua influencia, fazendo com que os parochos da sua diocese concorressem de algum modo, para que os povos acreditassem nos beneficios, que

lhes trazia a reforma dos antigos pesos e medidas, dizendo-me mesmo s. ex.ª n'essa occasião, que era uma obra de caridade, alivia-lhes da oppressão e da duvida que lhes causava a incredulidade de tão grande beneficio.

Alguns parochos d'esta ilha da Madeira vieram aprender com os professores de instrução primaria o systema metrico-decimal, e outros o têm aprendido particularmente.

Estes illustrados sacerdotes, intimos apologistas das boas reformas, são aquellos que, confortando os corações dos seus ouvidos com as palavras benéficas e balsamicas do evangelho, vão depois derramar a instrução, ensinando as creanças da sua parochia, fortalecendo aquellos espiritos ainda tão debéis, e alimentando-os com o pão do ensino, porque muitos d'estes parochos são os proprios professores de instrução primaria.

Oxalá que todo o clero portuguez comprehendesse bem o quanto elle pôde concorrer para a grande obra da civilização do nosso paiz, moralizando e instruindo os povos, tornando-os creduos dos beneficios das boas reformas, e que, principalmente nos campos, são elles que muito podem influir, para que os seus habitantes attinjam

rica e outra pratica. Na parte theorica comprehendem todas as regras e razões d'essas regras, e alguns principios indispensaveis, de physica e de geometria, para o conhecimento theorico do systema. Na parte pratica, fez-se a applicação d'essas mesmas regras com a execução de algumas medições e pesagens, e principalmente com a balança decimal, fazendo-se sentir, por essa applicação, as vantagens do systema metrico-decimal comparado com o antigo.

Finalmente, intermediando a theoria com a pratica, apresentei um grande numero de interessantes problemas para serem resolvidos em continuos exercicios, que habilitaram muitos individuos com um perfeito conhecimento do systema.

As explicações foram sempre feitas á vista dos padrões, ou dos quadros synopticos, e dos modelos das unidades principaes dos pesos e das medidas.

Frequentaram o curso do systema metrico nos diferentes centros de ensino, 25 professores subsidiados pelo estado, 6 professores municipaes, 2 particulares, 6 mestras subsidiadas pelo estado, e 8 pagas pelos municipios, fazendo o total de 33 professores, e 14 mestras.

Frequentaram tambem os tres mencionados centros de ensino, muitos empregados das repartições do estado, e cerca de 100 pessoas do publico, sendo a maior frequencia na capital do districto.

Os exames foram tambem divididos em duas partes, uma theorica e outra pratica, em harmonia com o methodo seguido no ensino.

Os resultados dos exames dos professores de instrucção primaria foram em geral muito bons, como consta das informações confidenciaes.

Muitas das mestras tambem fizeram optimos exames, e era agradável ver a applicação e vontade com que estudavam o systema, querendo ter d'elle um completo conhecimento.

Compareceram juntamente ás preleções mais algumas outras senhoras, que tiveram a bondade de nos ouvir com muita attenção e curiosidade.

A instrucção do systema metrico-decimal ao sexo feminino traz em grande resultado tornar mais intimo e familiar o conhecimento do mesmo systema.

Para se continuar a propagar o systema neste districto com a brevidade que o tempo exige, julgo que será conveniente que os meus ajudantes percorram ainda alguns concelhos, assim como eu, quando isto se tornar compativel com os restantes trabalhos a meu cargo. Seria mesmo conveniente, para mais rapidez e maior propagação, incumbir a alguns dos professores, ou outras pessoas já habilitadas, de ensinar o systema nos diferentes concelhos d'este districto, mediante uma razoavel gratificação.

Julgo tambem muito util dar grande latitude ao ensino do systema ao sexo feminino, tornando-o assim familiar.

Alem d'estes dois meios, é de grande importancia, e eu o considero como um dos principaes, a distribuição de algumas medidas, tanto de capacidade como de pesos, com excessiva anticipação, por diferentes depositos nos diversos concelhos, pois que é d'este modo, pelo proprio conhecimento das medidas, que melhor se poderá derramar o conhecimento pratico e real do mesmo systema.

Em todos os trabalhos tenho sido sempre coadjuvado com muita dedicação, zelo e assiduidade pelo meu ajudante, o sr. Fernando Seixas de Brito, e de igual modo pelo sr. José Ignacio Rodriguez Mourão, nomeado ultimamente para este serviço.

Devo tambem declarar com satisfação que a letra do decreto de 20 de junho do anno findo, que manda substituir as antigas medidas lineares pelo metro, desde o 1.º do corrente, foi aqui exactamente cumprida sem inconveniente algum.

Concluirei este meu relatório dizendo, que o systema se acha já bastante propagado, principalmente na capital do districto, e quasi destruída a repugnancia que muitos tinham para a sua adopção; restando-me somente affirmar, que continuarei a empregar todos os meios que estiverem ao meu alcance, para com brandura destruir a incredulidade e a rotina, que se oppõe á propagação do systema neste districto, e para levar a effeito tão excellente reforma, reforma que deve ser considerada como um dos passos no grande caminho dos melhoramentos do país.

Inspeção dos pesos e medidas do districto do Funchal, 9 de março de 1860.—O inspector interino, Francisco de Paula Campos e Oliveira.

Está conforme.—Repartição central do ministério das obras publicas, commercio e industria, em 21 de março de 1860.—Ernesto de Faria.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A seguinte sessão terá lugar na quarta-feira proxima, 28 do corrente, sendo a ordem do dia o parecer n.º 4 da commissão de guerra sobre a proposta do digno par visconde da Luz, renovando a iniciativa do projecto de lei n.º 103, que havia apresentado na legislatura passada, que tem por fim tornar applicaveis as disposições da carta de lei de 17 de julho de 1855 aos officios do exercito e da armada, que estiveram homisados, degradados, presos ou deportados desde o 1.º de março de 1828 até 31 de maio de 1834; e as interpeleções já annunciadas, caso se achem presentes os srs. ministros.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 24 de março de 1860.—Diogo Augusto de Castro Constancio.

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

1.ª REPARTIÇÃO

Tendo requerido Christiano Jacob Hentz, Guilherme Augusto Hentz, D. Emilia Carolina Hentz Ribeiro, João Jorge Poppe, Cezar Augusto Poppe, Carlos Augusto Poppe, e D. Carolina Poppe Lobato, para se averbar nos seus nomes a inscrição do novo fundo de 3 por cento n.º 29-120, do capital de 100.000 réis, como unicos herdeiros de sua falecida tia D. Leonor Berstein, assim se annuncia em virtude do disposto na carta de lei de 5 de agosto de 1854, com referencia á de 24 de agosto de 1843, a fim de que qualquer pessoa, que se julgue com direito a oppor-se ao dito averbamento, possa requerer pela referida junta no prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio no *Diário de Lisboa*, findo o qual será resolvida a pretensão como for de justiça.

Contadoria geral da junta do credito publico, 24 de março de 1860.—Ignacio Vergolino Pereira de Sousa.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de José da Silva e Sousa, como thesoureiro da alfandega de Bragança, no anno economico de 1854-1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: visto o estado do ajustamento da conta de fl. 2 da responsabilidade de José da Silva e Sousa, como thesoureiro da alfandega de Bragança no anno economico de 1854-1855; vistos os documentos e demonstrações que a comprovam; vista a informação da repartição e resposta fiscal; mostra-se que o debito e o credito do responsavel importa n'uma igual quantia de 5:513:232 réis, provindo o debito de 134:615 réis que existia em cofre em 30 de junho de 1854 da importancia de tomadias não distribuidas, e que passou por balanco para esta conta; de 2:197:486 réis de rendimentos que arre-

cadára; e de 3:181:232 réis de tomadias e respectivas multas entradas no dito periodo; e compondo-se o credito de 2:034:446 réis de entregas que fez no cofre central do districto; de 3:099:111 réis de tomadias que foram distribuidas; e de réis 379:675 de importancia que se abona por ter passado por balanco para a responsabilidade do mesmo exactor no anno seguinte. Pelo que, tendo-se observado todas as solemnidades legais, julgam o mencionado José da Silva e Sousa, como thesoureiro da alfandega de Bragança no anno economico de 1854 a 1855, quite com a fazenda publica por aquella responsabilidade, passando a seu cargo para a nova conta a quantia de 379:675 réis.

Tribunal de contas, 6 de março de 1860.—Sampaio, relator.—Lobo.—Paiva Pereira.—Fui presente, Simas.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 6 de março de 1860.—Cadano Francisco Pereira Garcez.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 28 do corrente, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contratar em praça publica o fornecimento, para tres mezes, dos materiais para obras abaixo designados, conforme as condições que estarão patentes n'aquelle acto, e que desde já podem ver-se na contadoria do mesmo estabelecimento.

Cal em pó, trinta moios
Dita em pedra, tres moios
Arcia encarnada, tres barceadas
Dita branca, uma barcada
Tijolo de alvenaria, tres milheiros
Dito rebatido, tres milheiros.

Contadoria do hospital de S. José, 24 de março de 1860.—O official maior, Manuel Cesario de Araújo e Silva.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica, na sala das suas sessões, nos dias abaixo mencionados, pelo meio dia, o seguinte:

No dia 29 do corrente a compra de uma pipa de aguardente de prova.

No dia 31 o transporte das madeiras cortadas para o serviço da armada, na quinta do Bouro, desde este logar até ao Carregado.

O conselho de administração de marinha ha de comprar em hasta publica, no dia 30 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, 120 arrobas de alvaldeia, e 40 arrobas de zarção, para consumo do arsenal.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 24 de março de 1860.—Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 24 DE MARÇO

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES
A meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 61 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Castro dos Reis Portugal, de que o sr. Mello Soares não compareceu á sessão de hontem, nem comparece á de hoje, por incommodo de saúde.—*Intervida.*

2.ª Do sr. Sousa Feio, de que o sr. Teixeira de Sampaio não compareceu á sessão de hoje por incommodo de saúde.—*Intervida.*

3.ª Do sr. Antonio Feio, de que o sr. Chamico o encarrega de participar á camara de que por molestia grave não tem podido ainda vir tomar assento na camara.—*Intervida.*

4.ª Do sr. Couto Mauteiro, de que faltou ás duas sessões precedentes por incommodo de saúde.—*Intervida.*

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministério dos negocios estrangeiros, acompanhando, por copia, os documentos pedidos pelo sr. Moraes Carvalho, relativos a João Mousinho da Silveira.—*Para a secretaria.*

2.º Do ministério do reino, acompanhando as relações dos cidadãos recenseados e habilitados para deputados nos dois concelhos de Carrizada de Anicães e Freixo de Espada á Cinta, no districto de Bragança.—*Para o archivo.*

3.º Do ministério das obras publicas, acompanhando alguns documentos, pedidos pelo sr. José Estevo, relativos ao caminho de ferro de leste.—*Para a secretaria.*

4.º Uma representação das freiras de Santa Clara do Porto, pedindo que não seja approvada a proposta do governo para a desamortização dos bens das religiosas.—*A commissão de fazenda.*

5.º Da camara municipal de Extremoz, para que se considere e reforme o traçado do caminho de ferro de leste á fronteira, contratado com D. José Salamanca.—*A commissão de obras publicas.*

6.º Dos escriptos do juizo ordinario, no julgado de Penalva do Castello, pedindo ser providos em concurso nos empregos de escriptos dos juizes de direito, quando por effeito da reforma proposta pelo governo forem supprimidos os julgados ordinarios.—*A commissão de legislação.*

7.º Da camara municipal de Villa Nova de Fozcoá, pedindo providencias que tornem mais facil o processo para a habilitação das fabricas de aguardente.—*A commissão de administração publica, ouvida a de commercio e artes.*

8.º Das religiosas do convento de Santa Martha d'esta cidade, pedindo a prorrogação do prazo para a inversão dos padões que possuem da camara municipal de Lisboa.—*A commissão de fazenda.*

9.º Da camara municipal da Barquinha, reclamando as obras de viação necessarias á prosperidade d'aquella villa e concelho; e que ao mesmo tempo protejam a maior somma de interesses publicos.—*A commissão de obras publicas.*

10.º Da mesma camara municipal, sobre divisão de territorio.—*A commissão de estatística.*

11.º Da camara municipal de Villa Nova de Famalhão, reclamando contra outra de alguns cidadãos da freguezia de Pedome, em que requerem a annexação d'esta freguezia ao concelho de Guimarães.—*A mesma commissão.*

Da-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requerio que seja remetida, com urgencia, a esta camara, pelo ministério das obras publicas, toda a correspondencia que teve lugar entre o actual governo a sr. Morton Peto ou os seus agentes, acerca do cumprimento do contrato d'aquelle concessionario, ou sobre a sua reclamação para ser pago dos estudos por elle mandados executar.

Sala da camara, 25 de março de 1860.—Carlos Bento da Silva.

2.º Requerio que sejam remetidos a esta camara,

pelo ministério dos negocios do reino, e com a brevidade possivel, os seguintes esclarecimentos:

I Qual o fundo e rendimento da irmandade das almas de Castro Daire.

II Quaes as obrigações, á satisfação das quaes é applicado o dito rendimento.

III Qual a natureza e origem das mesmas obrigações.

IV Qual a cifra dos juros em divida proveniente dos capitais mutuados, pertencentes á dita irmandade.—*Pinheiro Osorio.*

3.º Requerio novamente que, pelo ministério das obras publicas, sejam remetidos a esta camara quaesquer estudos provisórios ou definitivos que se tenham feito em qualquer direcção, a fim de ligar as provincias de Trás os Montes e Minho, incluindo os projectos, orçamentos, e planos que tenham servido de base ao decretamento de trabalhos de estradas, ou de contratos para estas.—*Barros e Sá.*

4.º Requerio que, pela secretaria da fazenda, seja urgencia, remetida a esta camara, uma nota do numero de cabeças de gado vacum, que foram importadas e exportadas pelas diferentes alfandegas do reino em cada um dos ultimos cinco annos.—*A. de Gouveia Osorio.*

São mandados ao governo.

Mandam-se communicar ao governo as seguintes notas de interpeleção.

1.ª Desejo interpellar o sr. ministro do reino sobre a applicação dada ao imposto que a lei de 25 de julho de 1856 destinou á construcção de um caes na Barca d'Alva, e ao melhoramento da estrada que d'este porto se dirige para Almeida.—*Francisco Diogo de Sá, deputado por Moncorvo.*

2.ª Pretendo interpellar, com urgencia, o sr. ministro das obras publicas, sobre os trabalhos a que se está procedendo nos caminhos de ferro adjudicados ao concessionario D. José Salamanca.—*O deputado, Carlos Bento da Silva.*

3.ª Tenho a honra de convidar o ex.º sr. ministro do reino a dar explicações sobre o seguinte:

I Tendo sido ordenada a saída de Leiria do batalhão de caçadores n.º 6, deixando apenas um destacamento de 30 praças para o serviço de policia, destacamento insufficiente para as guardas da cadeia e do cofre central, o governador civil determinou que os paesanos do concelho fossem intimados para fazerem a guarda do cofre.

II Consente s. ex.ª que se continue n'esta medida vexatoria em occasião das sementeiras do milho?

III Continuando a medida tenciona s. ex.ª mandar pagar os dias perdidos em tal serviço aos paesanos n'elle empregados?—*F. L. Mousinho de Albuquerque, deputado por Leiria.*

4.ª Tenho a honra de convidar s. ex.ª o sr. ministro da guerra a dar explicações sobre o seguinte:

I Tendo sido ordenada a saída de Leiria do batalhão de caçadores n.º 6, e tendo este recebido ordem para trazer inclusivamente as bagagens pesadas, deve considerar-se o batalhão definitivamente removido de Leiria?

E, em tal caso, tenciona s. ex.ª mandar para Leiria outro corpo do exercito?

II Tendo o batalhão de caçadores n.º 6 deixado em Leiria um destacamento de 30 praças, e sendo este insufficiente para as guardas da cadeia e cofre central do districto, o que obriga o governador civil a tomar o arbitrio illegal e vexatorio de forçar os paesanos a fazer este serviço, não tenciona s. ex.ª mandar augmentar a força do destacamento, em quanto não se receber em Leiria um corpo do exercito?—*F. L. Mousinho de Albuquerque, deputado por Leiria.*

5.ª Pretendo interpellar o sr. ministro das obras publicas sobre a rescisão do contrato do caminho de ferro de Cintra, e nova concessão á companhia, de que trata o *Diário de Lisboa* n.º 42 de 19 de dezembro do anno findo.—*O deputado por Pombal, Faustino da Gama.*

Tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.ª Requerio que um requerimento do major reformado Bernardo Taveira Cardoso, em que pede melhoramento de reforma, seja enviado da secretaria da camara, onde se acha, á commissão de guerra, para sobre elle dar o seu parecer.—*F. Coelho do Amaral.*

A commissão de guerra.

2.ª Renovo a iniciativa do projecto de lei da legislatura passada n.º 46, prorrogando por mais seis mezes os prazos para a conversão de varios titulos de divida publica.—*D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalhão.*

A commissão de fazenda.

O sr. Silva Cabral:—deseja saber se já vieram os esclarecimentos que pediu pelo ministério das obras publicas, relativamente ao fornecimento de madeiras para o caminho de ferro do sul.

O sr. Presidente:—não consta na mesa que chegasse.

O sr. Silva Cabral:—deseja tambem saber, se já vieram os esclarecimentos pedidos pelo sr. deputado por Aveiro, que tendem a demonstrar a despeza que se fez com o caminho de ferro de leste nas diferentes fases, por que tem passado.

O sr. Presidente:—já vieram os documentos pedidos pelo sr. José Estevo: uns estão na secretaria da camara, e outros estão ainda sobre a mesa.

O sr. Silva Cabral:—aproveita ainda a palavra para mandar para a mesa dois requerimentos pedidos esclarecimentos ao governo, e dos quaes pede a urgencia.

O sr. Correia Caldeira:—envia para a mesa algumas representações: a 1.ª é de muitos cidadãos do extinto concelho de Verride, pedindo á camara que tome em consideração as rasões que expõem para que seja restabelecido este concelho.

A camara sabe que a ultima divisão territorial tido occasião a uma infinidade de representações, desde que ella se decretou. Têm sido diferentes os membros dos parlamentos que tem apresentado muito valiosas considerações sobre a necessidade de attender ás representações dos povos que n'este sentido se tem apresentado.

Por vezes se tem indicado que se commettesse de novo ao governo a facultade de corrigir as imperfeições e defeitos, que a experiencia tem mostrado terem resultado da ultima divisão territorial, porém estas vozes foram contrariadas por outras, mostrando os perigos, que do uso d'esta facultade concedida ao governo podem provir.

Não trata agora de ver qual d'estes alvitre lhe parece conveniente, mas o que é mais conforme com os principios, é que um negocio d'esta ordem seja discutido, ventilado e votado pelo corpo legislativo (apoiados).

Todos os annos se faz a nomeação da commissão de estatística, porém d'essa nomeação não se tem até agora tirado resultado algum; e não quer com isso censurar nenhuma das commissões que tem existido, mas o que deseja é que se vão colligindo e preparando trabalhos para successivamente se ir fazendo alguma coisa. Todos sabem que da falta de uma boa carta do país provem as difficuldades que ha para resolver bem este negocio. Convem em que a unidade concelho deve ter uma certa área para que haja n'ella em recursos e em capacidade os elementos indispensaveis para a boa administração municipal; mas este principio não se pôde seguir em tanta amplitude e com tanta liberdade, que seja em todos os casos possível attender só a elle, e que se altere aquillo que a natureza pelos seus limites, e mais ainda pelas affeições de interesses, os habitos dos povos e a sua propria historia oppõem á

adopção completa d'este principio; estas mesmas ponderações demonstram a necessidade, de que na commissão de estatística não só estejam homens muito versados no conhecimento da legislação do país e da sua historia, mas que estejam tambem engenheiros, homens com conhecimentos de geographia, para que possam estes elementos todos auxiliar-se mutuamente, e que a nova divisão que se projecta seja melhor do que a que tem sido feita até agora.

Outra representação é da camara municipal de Monção, no districto de Vianna, sobre a necessidade de corrigir defeitos que a experiencia mostrou na ultima divisão dos circulos electorales a respeito de algumas freguezias, que pela divisão ultimamente decretada ficaram em tão más circumstancias, que difficilmente podem exercer o seu direito eleitoral; pedem á camara que tomando em consideração as rasões expostas na representação, corrija a lei de modo que as freguezias de Badim, Coivães, Menegies, Podame, Riba de Moura, Sá, Segude e Vallada possam ficar em circumstancias de exercer o seu direito eleitoral.

A terceira representação é da mesma camara municipal, que impressionada pela noticia de que o governo vae propor uma lei permanente sobre cereas, pede que com essa medida se não prejudique a nossa agricultura.

O sr. Rodrigues Sampaio:—envia para a mesa uma representação da associação industrial portueza, que pede o subsidio annual de 2:000:000 réis, para promover exposições triennaes da nossa industria.

O sr. Mamde:—o sr. barão de Massarellos, que é dos negociantes mais distinctos da praça do Porto, escreve uma memoria sobre as causas da decadencia do commercio dos vinhos do Douro, mandando alguns exemplares para serem distribuidos pelos srs. deputados. Parece-lhe que a camara querera que se fizesse menção na acta, de que se recebeu esta offerta com agrado.

Consultada a camara approva este pedido.

O sr. Rojo:—não tendo ainda vindo á camara os esclarecimentos que pediu ao governo, na sessão de 13 do corrente, requer que se faça novo pedido, porque carece d'elles para basear um parecer.

O sr. Palmirim:—manda para a mesa um requerimento dos empregados da terceira direcção da secretaria da marinha, pedindo serem equiparados aos empregados de igual cathogoria das outras secretarias d'estado.

O sr. Costa Lobo:—manda para a mesa uma representação da associação mercantil de Lisboa, julgando pequena a diminuição dos direitos consignados na proposta do governo para a admissão das aguardentes estrangeiras.

O sr. Francisco Costa:—renova a iniciativa do projecto de lei n.º 110 de 1858, e pede ser inscripto para apresentar um projecto de lei.

O sr. Balduino:—chama a attenção do sr. ministro da marinha sobre a portaria de 16 de julho de 1859, que destroe completamente o artigo 14.º do decreto de 15 de agosto de 1845; por quanto determinando o artigo que os professores de instrucção primaria e secundaria que servirem no estado da India vinte annos, e quinze na Africa, terão direito a serem reformados com os seus ordenados por inteiro, quando o requerirem, a portaria impõe-lhes a obrigação de completarem cinquenta annos de idade, por isso pede a s. ex.ª que reconsidere esta portaria a fim de remediar os males que se lançam sobre individuos, que longe de serem premiados com a jubilação são condemnados a exercer por mais annos o magisterio, de que aquelles que estabelecem o decreto a que se refere.

Chama tambem a attenção de s. ex.ª sobre a grande falta que ha de dinheiro em cobre na provincia de Angola.

O sr. D. José de Alarcão:—chama a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre algumas obras de absoluta necessidade nos concelhos ao sul do Tejo, pertencentes ao districto de Santarem. Uma d'ellas é a estrada chamada militar, estrada que é das de primeira ordem, que vae de Santarem até Coruche, e de Coruche a Sorri e a Monte-mór. Esta estrada fica entre os dois traçados do caminho de ferro do sul, e entre a parte que já está feita do caminho de leste em Santarem, e por consequencia tambem de muitissimo interesse até para as vias ferreas, e se poder com mais facilidade recorrer a ellas; e como uma das partes d'esta estrada deve ser uma ponte que é de absoluta necessidade sobre o rio Surraia, em Coruche, offerecia por isso a s. ex.ª uma planta tirada pelo engenheiro, que então era d'aquelle districto, João Pereira Mousinho, cuja planta é no systema americano; se porém s. ex.ª entender ser melhor outro systema, adoptará o que julgar mais conveniente.

S. ex.ª que já mandou fazer uma ponte sobre o rio Divo, no concelho de Vinheiro, de certo não deixará de mandar construir esta sobre o rio Surraia, onde vem confluir não só o rio Divo, como tambem o Raia, e o que vem da Ponte do Sôr.

Recommenda mais a s. ex.ª o concerto das pontes no campo de Beavente, o que s. ex.ª lhe prometteu já que havia de tomar em consideração.

Pede pois a s. ex.ª que a vista das ponderações que acaba de fazer, a ponte, a que se refere, seja uma das primeiras obras a fazer, e depois a estrada de Santarem a Almeirim, de Almeirim a Coruche, e de Coruche a Monte-mór.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—a estrada a que se refere o illustre deputado é na verdade importante, e no projecto de estradas que o governo ha de apresentar, de certo esta não pôde deixar de ser contemplada. No entretanto s. ex.ª sabe que esta não é a occasião ainda de se votarem os fundos necessarios para as estradas; elles hão de ser discutidos na occasião propria, e de certo a camara ha de attender a essa estrada á vista dos esclarecimentos que o governo lhe ha de fornecer; e uma vez decidida a estrada pôde-se immediatamente começar a ponte, porque a feitura de uma ponte é mais importante ainda do que toda a estrada.

Por ultimo, agradece a s. ex.ª o offerecimento que faz da planta para a ponte do rio Surraia pelo systema americano, ainda que este não seja o melhor systema, no entretanto serão tomadas em toda a consideração as reflexões que s. ex.ª apresentou.

O sr. Gomes de Castro:—o sr. ministro das obras publicas disse em uma das sessões anteriores, que não tinham até agora começado os trabalhos para o melhoramento do rio Cavadão e barra de Espozende, sendo o motivo o não ter lá estado o engenheiro encarregado d'esses trabalhos, mas que tinha ido e levára ordem para proceder a esses estudos; porém é certo que até hoje ainda taes trabalhos não começaram; e como representante d'aquelle povo, deve solicitar todo o zelo da parte de s. ex.ª n'esta obra. Deseja muito que o nobre ministro, independentemente das instrucções que tem o inspector das obras publicas, officie áquelles seu subalterno, para que comece já esses estudos, mesmo com preferencia a outros quaesquer.

Chama tambem a attenção da mesa sobre o seguinte.

A camara municipal de Espozende communicou-lhe que tem havido grande irregularidade na expedição dos *Diários da Camara*; que já tinham apparecido alguns numeros do mez de março, faltando alguns do de fevereiro. Pede pois ao sr. presidente que haja de dar as ordens para que cessem estas irregularidades.

Aproveitando a occasião manda para a mesa um

projecto de lei, para a apresentação do qual havia pedido o ser inscripto.

O sr. Araújo:—pede ao sr. ministro das obras publicas que lhe diga se é intenção do governo abandonar as obras da estrada de Beja a Alcaer do Sal, em consequencia da construcção do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja. O ramal do caminho de ferro para Setúbal ou não é nada, ou é o principio de um systema de viação para o baixo Alentejo e Algarve. O estado da estrada de Beja a Alcaer do Sal é mau, e o director das obras publicas do districto de Beja, com quanto seja um engenheiro distincto e habilitissimo, não pôde dirigir convenientemente as muitas obras de que está encarregado n'aquelle districto e no de Lisboa, especialmente as da ponte de Terres. Desejava portanto que o sr. ministro o desonerasse da parte da estrada do districto de Lisboa.

A estrada a que se refere, com quanto não esteja boa, pôde considerar-se soffivel desde a ponte de Algalé até Porto de Rei; mas chegando ali parou á porta de um estabelecimento particular que tem interesse em que ali pare. Da porta d'esse estabelecimento segue cousa de um kilometro de caminho pessimo, quasi impossivel de ser transitado, e depois continua a estrada um pouco melhor. Pede portanto ao sr. ministro, que ao menos mande arranjar aquelle kilometro de estrada.

A camara de Alcaer offereceu o donativo para aquella estrada, que lhe parece grandioso em attenção ás suas circumstancias, de 800 carros e 2:000 jornaes; parece-lhe que não é objecto para se desprezar, ao passo que, não se accetando, faz isso desanimar e afrouxar a vontade de outras municipalidades que podiam fazer iguaes donativos.

Deseja tambem saber se entra na idea do governo abandonar a outra estrada de Évora por Alcaer a Alcaer do Sal. Tem mostrado já o muito desejo e votos que faz pelos caminhos de ferro, mas o caminho de ferro em parte nenhuma dispensa as estradas ordinarias, antes pelo contrario, estas são importantissimas e indispensaveis para facilitar as conducções para esses caminhos.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—não entra na idea do governo fazer parar as obras da estrada que está em construcção, e a que se refere o sr. deputado, porque se faz o caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja; mas o sr. deputado sabe que na camara passada se votou uma verba para aquella estrada, que não era muito avultada, e o governo não pôde dispensar mais meios para ella do que os que lhe foram destinados; ha de continuar com aquelles que as camaras successivamente forem votando.

Tambem não é da intenção do governo desprezar os donativos que offerecem as camaras municipais; pelo contrario o governo aceita sempre de bom grado a iniciativa das camaras, e os povos do Alentejo têm dado d'isto brilhantes exemplos; exalá que fossem seguidos por todos os outros districtos do país.

Ignora que a estrada a que se refere o sr. deputado par

Redução da despesa proveniente da dispensa dos movimentos de terra para a segunda via, segundo os próprios cálculos do sr. Salamanca

O sr. Salamanca contando a largura de 8^m,40 e de 7^m,40 sobre o terrapleno diz, que esta largura é insuficiente, e que para dar ao caminho as dimensões convenientes seria precisa uma despesa, para o movimento de terra, que não descerá de 300.000 libras.

O alargamento proposto para este fim pelo sr. Salamanca é nos ataderos de (8^m,40 + 0^m,60 = 9^m).
 E nos desaterros (de 7^m,40 + 1^m,10 = 8^m,50).
 Termo medio..... 0^m,85

Devendo o caminho ter, segundo o contrato, nos ataderos:
 Largura sobre o balastro..... 8^m,40
 Dita da base dos taludes do balastro..... 1^m,40

Deverá ser a largura do terrapleno 9^m,80

Nos desaterros:
 Largura sobre o balastro..... 7^m,40
 Dita da base dos taludes do balastro..... 1^m,40

Deverá ser a largura do terrapleno 8^m,80

Fazendo o sr. Salamanca o caminho para uma só via, dá-lhe de largura:
 Nos ataderos..... 5^m,40
 Nos desaterros..... 4^m,90
 Isto é, dá ao caminho de menos do que elle devia ter:
 Nos ataderos (9^m,80 - 5^m,40)..... 4^m,40
 Nos desaterros (8^m,80 - 4^m,90)..... 3^m,90
 Termo medio..... 4^m,15

Se 0^m,85 devem custar, segundo os cálculos do sr. Salamanca, 300.000 libras, 4^m,15 devem custar 1.464.706 libras, ou 6.591.000.000 réis, números redondos.

Supponhamos a hypothese mais desfavoravel, que é a que adopta o sr. Salamanca, contando as dimensões sobre o terrapleno. Neste caso teremos:
 Nos ataderos..... 8^m,40
 Modificação proposta..... 5^m,40

Para menos..... 3^m,00

Nos desaterros..... 7^m,40
 Modificação proposta..... 4^m,90
 Termo medio..... 2^m,50

Se 0^m,85 custam 300.000 libras, 2^m,50 custam 970.588 libras, ou 4.368.000.000 réis, números redondos.

Assim, ainda na hypothese mais desfavoravel, é esta diminuição de despesa de 4.368.000.000 réis.

Dir-me-hão que o sr. Salamanca errou o seu cálculo. Não sabe se o erro, nem se os sr. deputados têm autoridade bastante para dizer que o erro, porque, se em alguma coisa o sr. Salamanca deve ser mestre, é nestes assumptos.

Também o sr. ministro notou a grande vantagem de se ter estipulado no contrato a construção da ponte sobre o Douro. É verdade, mas também é verdade que o concessionário tem por isso uma grande compensação, porque compra a parte do nosso caminho já feito por uma somma inferior áquella pela qual sr. M. Petto se tinha obrigado a compra-la (apoiados), e esta compra, na quantia que foi estipulada no contrato Salamanca dá a este uma compensação cerca de 1.000.000.000 rs., quantia superior á que se gastará na construção da ponte sobre o Douro.

Diz-se que não se trata de dispensar para sempre o concessionário de fazer a segunda via, que unicamente se adia para uma certa epocha; esquecendo que se dispensa o concessionário de dar ao caminho a largura estabelecida no contrato.

Mas pergunta: que percações se tomaram, que garantias se exigiram, que condições se estipularam para que o concessionário venha a fazer, quanto antes, os movimentos de terra para assentar a segunda via? Pelo contrato, a segunda via só se assenta quando o producto do rendimento bruto anual for de 4.500.000 réis por kilometro no caminho de ferro de leste, e de 5.400.000 réis no caminho de ferro do norte; isto é, no primeiro quasi 27.000 francos, e no segundo quasi 32.000 francos. Mas quando haverá este rendimento nos dois caminhos de ferro? Depois, em que annos apparecerá tal rendimento? Será dentro dos primeiros quinze annos? A prova de que não, é de que o concessionário não acredita que nos primeiros quinze annos os caminhos de ferro de leste e norte hão de dar este rendimento, porque tendo-se-lhe proposto que se obrigasse a fazer os movimentos de terra para a segunda via no fim dos primeiros quinze annos, epocha em que o governo pôde querer remir o caminho, não quiz sujeitar-se a esta condição; e declarou até que preferia cumprir o contrato. Sente que a questão não ficasse aqui; e se o concessionário queria cumprir o contrato, o não deixassem cumprir (apoiados).

O concessionário não acreditou que nos primeiros quinze annos a exploração dos caminhos de ferro do norte e leste produzisse um rendimento que o obrigasse a fazer o movimento de terra para a segunda via. E teve razões para o acreditar assim; porque o rendimento bruto exigido em França para o assentamento da segunda via é de 18.000 francos; e nós cá pedimos 27.000 francos!

O orador referiu qual é o rendimento bruto dos caminhos de ferro de Hespanha, Belgica, Prussia, Alemanha e França, para mostrar que o rendimento bruto d'estes caminhos de ferro está calculado muito abaixo da cifra que nós marcamos para exigir os movimentos de terra para o assentamento da segunda via; cifra de rendimento que os nossos caminhos não terão, e aqui está a razão por que o concessionário não se quiz obrigar a fazer os movimentos de terra durante os primeiros quinze annos, porque não espera que esse caminho haja de produzir o capital necessário para tal despesa, e o resultado final de tudo isto ha de ser o paiz ficar privado do assentamento da segunda via.

Mesmo estabelecendo que o concessionário ficava obrigado a fazer os movimentos de terra para o assentamento da segunda via no fim dos primeiros quinze annos, teria no fim d'elles um lucro de réis 1.300.000.000, tal é o juro do capital que desde já se dá para estes trabalhos. Se pois no fim de quinze annos se dava ao concessionário um presente de 1.300.000.000 réis, o presente ha de ser muito maior, se elle esperar uma epocha mais remota para começar a fazer os movimentos de terra para o assentamento da segunda via.

Fallou-se no encurtamento do praso, e disse-se que trazia uma economia de 300.000.000 réis para o estado; porém infelizmente não viu demonstrada esta proposição, nem achá base para ella.

Notou o sr. ministro das obras publicas, que ninguém dissera que o contrato era mau, mesmo com as alterações. A este respeito dirá, que o contrato é mau, que é pessimo, porque não comprehende, mesmo quando não haja de trazer graves inconvenientes para o caminho, o construir-se desde já o caminho para uma só via, sem todas as trincheiras;

não comprehende, que n'um paiz como o nosso, onde os desabamentos de terra são tão frequentes e tão consideraveis, como aconteceu em Xabregas, se mandem construir as trincheiras unicamente para uma via, e não sabe como o caminho ha de funcionar, senão houver largura para duas vias; não comprehende bem como, nos casos de desabamentos, se ha de libertar a circulação e facilitar o levantamento da terra que caiu, porque se houvesse duas vias, n'este caso, a circulação far-se-ia pelo sitio da segunda via, mas do contrario não vemos senão o caminho de ferro defeso á circulação, não só n'essa epocha, mas muitos mezes depois, e isto com grave prejuizo do serviço publico; e não comprehende sobre tudo que seja conveniente que os trabalhos do movimento de terra para o assentamento da segunda via, se façam quando a exploração é mais activa, porque quando o concessionário tem obrigação de assentar a segunda via é quando o rendimento bruto de uma só via mostra que é grande o movimento (apoiados).

Alem d'isto uma das difficuldades para a collocação da segunda via, por parte das companhias, é que essas companhias têm, para fazer os trabalhos do assentamento das duas vias, de levantar capitais tão consideraveis, que só o juro d'elles lhes absorverá o rendimento que estiverem gosando; por tanto a companhia que se formar para levar á execução a construção do caminho de ferro ha de lançar mão de todos os pretextos para se abster de empregar esses grossos capitais na construção da segunda via, e isto com grave prejuizo do paiz (apoiados).

Os srs. ministros deviam lembrar-se de que elle, orador, nas commissões reunidas em novembro do anno passado, a que teve a honra de presidir, como a teve igualmente n'este anno nas actuaes commissões, disse a ss. ex.ª que votava pelo caminho de ferro: Deus o abençoasse; mas que tinha graves duvidas a esse respeito, pela base estabelecida para a construção do caminho de ferro. Tinha então, como tem hoje, graves duvidas sobre as condições com que via celebrado o contrato; estava, e está ainda persuadido, de que o concessionário não formará a companhia; que se por um lado o obrigavam a fazer um grande deposito, por outro lado o concessionário tinha meios de fazer levantar esse deposito, como era do seu interesse levanta-lo; e que finalmente saberia desembaraçar-se de quaisquer difficuldades; e as concessões que se lhe pretendem fazer são precisamente para facilitar a solução d'essas difficuldades.

Nota que as secções do Alemeito e de Ovar, são secções que se fazem com immensa barateza (apoiados). O contrato dá ao concessionário o direito de levantar a terça parte do deposito, quando tenha executado movimentos de terra, obras de arte, expropriações, ou material empregado, na importância de 30.000 libras; e quando houver novas obras na importância de outras 30.000 libras, levanta a segunda terça parte do deposito, e a outra terça parte do deposito quando houver iguaes obras, etc., e o caminho em que se fizeram essas obras, esteja entregue á exploração. Ora, o concessionário está construindo uma secção de 54 kilometros, apresentando traçados com immensa liberdade, que o conselho de obras publicas rejeitou, e que não sabe se o sr. ministro repelliu. Sabe por ora, que s. ex.ª respondeu a respeito d'esta questão «façam o que puderem» que é o mesmo que dizer «façam o que quiserem». Se o sr. ministro não aceitou os conselhos que lhe deu o conselho de obras publicas, ha de haver infallivelmente grande liberdade na construção d'essa secção para os declives e raios de concordancia, e alem d'isto dando-se-lhe o direito de não fazer senão uma só via, facilita-se-lhe muito mais o tirar-se dos embaraços em que o emprezario por ventura se ache.

Votara o caminho de ferro, e ainda hoje o vota com as duas primeiras modificações, não porque as não reputa importantes; mas não vota o contrato com todas as modificações propostas, porque é mau, porque nos dá um caminho ainda mais estreito do que os caminhos mais estreitos que se conhecem, e mais estreito que o nosso pobre caminho de ferro do Alemeito, que ha de ligar as Vendas Novas a Beja.

O sr. José Estevo:—o illustre deputado ri-se consigo mesmo do que está dizendo.

O orador (continuando):—este negocio é para chorar, não é para rir; é para chorar porque se está tratando na camara uma questão clara e simples aos olhos da sciencia; uma questão que, se fosse levada a um tribunal arbitral, não seria resolvida de modo que suscitasse os receios que indicou um illustre deputado; questão em fim que se está tratando de uma maneira que nos apresenta aos olhos da Europa como principiantes n'estes assumptos.

Os illustres deputados hão de chorar quando se realisarem as profecias que fez, quando tiverem reclamações do concessionário, quando elle abandonar as obras como aconteceu no contrato Hislop; porque é o mesmo desgraçado contrato, é a mesma escola, são os mesmos homens a sustentar as mesmas doutrinas, e os mesmos erros....

O sr. José Estevo:—e as reclamações do Petto?

O orador:—O sr. Petto não tem direito a fazer reclamações nenhuma; se as faz recue-lhas. Por que o não fez já o sr. ministro das obras publicas? Porque reconheceu s. ex.ª que elle tinha direito a fazer essas reclamações?

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—não é exacto.

O orador:—mas o representante do sr. Petto escreveu uma carta em que diz o que acaba de referir.....

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—que importa, senão é exacto.

O orador:—Porque o sr. Petto declarou logo s. ex.ª? Devia-o ter feito. E por esta occasião deve dizer que não esperava que s. ex.ª do alto da tribuna viesse lançar uma insinuação sobre os homens que saíram do ministerio, referindo-se a uma carta, que agora não tem autoridade, dizendo, que o governo de que elle, orador, e o sr. Carlos Bento tinham feito parte, indicaria propostas para Inglaterra ao sr. Petto. Não esperava que s. ex.ª, sem ser provocado, viesse fazer esta insinuação repassada da allusão a mais pungente!

Tendo dado a hora pede que a palavra lhe fique reservada.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de segunda-feira, a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—Eram 4 horas da tarde.

Projecto de lei autorizando o governo a organizar uma pauta especial para a alfandega do Funchal, apresentado pelo sr. deputado Luiz Vicente d'Afonseca, em sessão de 21 do corrente.

Senhores.—A Madeira tendo perdido o seu unico genero de exportação, tem de mudar as suas condições economicas, e ser considerada debaixo do ponto de vista de um hotel no meio do oceano, aproveitar-se da sua bella posição geographica e attrair ao seu excellente clima, sem duvida superior a Nice, ao Mediterraneo, a Napoles, e ao meio dia da França, os invalidos, com especialidade, do norte da Europa.

Para entrar francamente n'este caminho, são necessarias providencias que não neutralisem os seus esforços, que a habilitem a fazer face ás suas despesas, e poder mesmo com o tempo auxiliar o thesouro da metropole, do modo que o fazia em outras epochas.

Para poder levar por diante este pensamento, tenho a honra de vos propor, senhores, o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a organizar uma pauta especial para a alfandega do Funchal. § unico. A importação será classificada pelo seguinte modo:

Objectos de primeira necessidade, 5 por cento.
 Objectos para commercio, sem ser de luxo, 10 por cento.

Objectos de luxo, sedas, rendas, etc., 15 por cento.

Art. 2.º Os navios que aportarem á ilha da Madeira não terão a fazer despesa alguma debaixo de qualquer denominação que seja.

§ unico. As visitas do governo e alfandega serão feitas ao mesmo tempo. Os ordenados d'estes empregados ficam completamente a cargo do estado.

Art. 3.º Os impostos de dizimo e finto ficam abolidos e substituidos por uma contribuição pessoal lançada sobre a propriedade rustica e urbana, sobre os interesses do commercio e capital, e finalmente sobre as patentes ou licenças que devem tirar todas as profissões, artes e officios mechanicos. § unico. Uma commissão composta de dois membros da associação commercial, dois membros da camara municipal, e dois artistas por elles escolhidos, debaixo da presidencia do governador civil do districto, farão a tabella do lançamento na conformidade do artigo antecedente.

Art. 4.º O imposto sobre a propriedade rustica será lançado em relação ás condições das terras. Para isto serão ellas classificadas do modo seguinte:

Terras de 1.ª classe, as que tiverem agua de regadio.

Da 2.ª, as que não tiverem agua.

Da 3.ª, as que podendo, apesar d'isto, ser cultivadas, o não são.

§ unico. Este cadastro e classificação serão feitos pela camara municipal do Funchal, ouvindo as diversas camaras e as pessoas competentes das freguezias rurais onde a classificação se houver de fazer.

Art. 5.º As terras que não forem reclamadas dentro de doze mezes serão incorporadas nos proprios da coroa, e vendidas ou aforadas, seis mezes depois da data em que a coroa tenha tomado posse d'ellas.

Art. 6.º O imposto para estradas fica abolido, entrando essa despesa no orçamento geral com que toda a ilha tem de concorrer pelas diferentes fontes de receita acima mencionadas.

Art. 7.º É livre a qualquer contribuinte o pagamento da contribuição que lhe for arbitrada ou em dinheiro ou em generos, sendo estes previamente arrematados nas cabeças do districto, e com anticipação ás colheitas; ficando d'este modo o estado embolçado de junho a setembro da importância da contribuição directa, seja em genero, seja em dinheiro.

Art. 8.º De todos os impostos só ficarão subsistindo os de transmissão e de siza.

Art. 9.º A camara municipal do Funchal continuará a receber da alfandega o imposto de cereaes, na razão da pauta especial, e continuará em vigor as derramas municipaes que pelas leis existentes lhes estão consignadas.

Art. 10.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da camara, 21 de março de 1860.—Luiz Vicente d'Afonseca, deputado pelo Funchal.

Projecto de lei autorizando o governo a comprar a casa em que morreu o marquez de Pombal, apresentado pelo sr. deputado Luiz Vicente d'Afonseca, em sessão de 21 do corrente.

Senhores.—O sentimento de respeito e homenagem á memoria de varões illustres que tenham com grandes feitos enriquecido a historia do seu paiz, é tão natural, que o contrario d'isto lança desde logo um desfavor sobre o povo que d'elle se esquece.

Partindo da mais remota antiguidade, são considerados os monumentos aos grandes homens uma parte da religião dos povos, constituem a sua crença, dão origem a novos imitadores, e transmitem ás gerações que se succedem os brilhantes feitos d'aquelles que passaram.

O ministro de D. José I, um dos mais notaveis estadistas da Europa, o marquez de Pombal, não tem um monumento em uma das principaes praças de Lisboa!!!

O homem que por sua vasta intelligencia, por seus talentos administrativos, arrancou Portugal do estado de abatimento em que se achava e o fez honrar com as nações mais cultas e mais poderosas do mundo, esse homem morreu isolado e abandonado no canto de uma aldeia.

As telhas que o abrigaram nos ultimos momentos da sua vida, vão, para opprobrio nosso, ser vendidas em hasta publica e por uma insignificante quantia.... ainda o mesmo esquecimento, ainda a mesma ingratitude.

Não ha muito que o governo inglez fez comprar em Londres a casa que habitou Shakspear, em ordem a conserva-la como monumento ao restaurador da sua litteratura; e nós deixamos vender em praça o alvergue que recolheu o ultimo suspiro do restaurador de Lisboa.

Ponhamos um termo a este desgraçado vandalismo; compre-se por conta do estado a casa que habitou na villa de Pombal Sebastião José de Carvalho, façam-se os reparos necessários para sua conservação, deixando quanto possível a mesma estrutura e apparencia que tinha.

Se um dia houver uma via ferrea que nos ponha em contacto mais immediato com a Hespanha e a França, não faltarão visitantes á villa de Pombal.

O nome d'aquelle estadista tem muitos admiradores em todas as nações civilizadas do mundo.

Para dar-se á execução este pensamento, tenho a honra, senhores, de vos propor o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a comprar a casa em que morreu o marquez de Pombal, situada na villa do mesmo nome.

Art. 2.º O governo fará as despesas necessarias para sua conservação, deixando-lhe a mesma estrutura e apparencia, e elevando-a á categoria de monumento publico.

Art. 3.º O governo dará conta ás cortes do uso que houver feito d'esta autorisação.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario. Sala da camara dos deputados, 19 de março de 1860.—Luiz Vicente d'Afonseca, deputado pelo circulo do Funchal.—Faustino da Gama.—Belchior José Garcez.

Em virtude de resolução da camara dos srs. deputados se publicam as seguintes representações

Senhor! A commissão reguladora do commercio e agricultura dos vinhos do alto Douro, em conformidade do que determina o § 5.º do artigo 2.º do regulamento de 2 de dezembro de 1852, falaria sem duvida á sua missão se não viesse n'esta occasião representar a Vossa Magestade mui respeitosamente, ácerca de um assumpto que interessa vitalmente os interesses que ella foi chamada a vigiar.

Os jornaes francezes e inglezes, os mais bem informados, entre estes alguns dos orgãos officiaes dos respectivos governos, acabam de annunciar a celebração e assignatura em 23 do mez hontem findo,

de um tratado de commercio entre a França e a Gran-Bretanha.

Posto sejam ainda desconhecidas n'esta cidade as estipulações detalladas d'aquelle tratado, a imprensa e as correspondencias commerciaes dizem que entre os favores concedidos pela Inglaterra se estabelece uma importante redução, quicá de metade da taxa actual sobre os direitos de entrada nos vinhos francezes.

Esta estipulação tem dado logar a manifestarem-se em Londres, e n'esta cidade, graves receios de que a intendida redução seja exclusiva, e não se faça extensiva aos vinhos hespanhoes e portuguezes: e como era natural veio pôr em sobresalto os interessados no mais importante ramo de commercio e agricultura d'estes reinos, e por isso no principal elemento da fortuna publica.

Pareceria incrível á commissão que se realises uma tão flagrante injustiça para com uma aliada da parte de uma nação tão esclarecida como a Gran-Bretanha, cujos economistas proclamam as excellencias da liberdade commercial, que ali sobretudo têm sido traduzidas na pratica pela abolição das antigas leis da navegação (navigation laws) e por factos semelhantes, que iam emancipando a politica ingleza do espirito egoistico de que a accusavam. Pareceria incrível que haja n'aquelle paiz, homens d'estado collocados á frente dos negocios publicos que concedam favor exclusivo a uma nação com manifesto prejuizo de outras nações amigas, e com evidente infracção de tratados com ellas negociados, e ainda não derogados.

Sir Robert Peel não pôde estar ainda esquecido entre os seus compatriotas, e a escola que elle inaugurou, creou raizes assás vigorosas para que um attentado d'esta ordem possa deixar de ser repellido em 1860 por um parlamento inglez.

Não devem porém taes considerações fechar os olhos a esta commissão, contra a possibilidade de seguir-se n'esta occasião uma politica diversa, embora qualificada de anachronica, e condemnada á luz da sciencia e do direito internacional.

Ha quem veja em factos recentes indices de animo hostil na politica ingleza para com algum outro paiz vinhatiro, e d'ahi dedusa o intento de aproveitar-se a occasião para crear maiores difficuldades no seu governo, excluindo os seus vinhos virtualmente do seu mais importante mercado. Aos que assim pensam antolha-se-lhes um pretexto na classificação sophistica, mas possivel, de vinhos superiores para o direito actual; vinhos communs, para aquellos que se quizer beneficiar com a redução. E o preço de certas qualidades de vinhos estranhos tantas vezes os colloca em concorrência com os do Porto, que esta circumstancia pôde servir de pretexto para os não separar na sorte fiscal, a não tomar-se por base outra designação; por exemplo, vinhos brancos alcoolicos para o direito elevado; vinhos tintos velhos para o direito baixo, o que com tudo parece pouco possivel, e por isso induz á precaução contra os effeitos desastrosos de taes arbitrios.

Por bastantes annos sentiu a lavoura e commercio portuguez o effeito nocivo de uma classificação identica estabelecida nas pautas do Brazil, que reduziu em cifra muito crescida o consumo dos vinhos portuguezes nos mercados d'aquelle imperio. Felizmente cessou ha dois mezes aquella injusta designação, e são claro indicio da reclamada alteração a crescente exportação de vinhos pela barra do Porto com destino aos portos do Brazil.

Cabe aqui ponderar quanto urge que os ministros de Vossa Magestade procurem remover os males que similantemente pesam sobre este ramo de commercio em relação com o imperio da Russia, aonde o effeito de um systema, analogo ao que a commissão acaba de apontar, torna quasi nulla a importação dos vinhos portuguezes.

O tratado de commercio celebrado em 1846 entre aquelle imperio e a França, assegura a esta um favor que lhe tem permitido augmentar consideravelmente as suas exportações de vinho para os portos do Báltico da Russia, hoje o primeiro mercado do mundo para os vinhos de Bordeos, Bourgogne e Champagne: ao passo que a influencia de uma legislação exclusiva nos effeitos, embora o não seja na letra, vae tornando nulla a exportação de Portugal, podendo assegurar-se sem exaggeração, que o vinho portuguez é hoje quasi desconhecido na Russia. Esta circumstancia pesará sem duvida no animo esclarecido de Vossa Magestade, e lisonjeia-se a commissão com a esperanza de que os ministros de Vossa Magestade se apressarão em alancanar na renovação do tratado findo, condições que franquem os largos mercados russianos aos generosos vinhos do Porto, e aos delicadissimos vinhos de Lisboa e Setubal.

Ao facto de conservarem-se fechados ao commercio e consumo de vinhos portuguezes tão importantes mercados, não é ousadia o attribuir as crises por que tem passado este manancial de riqueza publica. Muitas desgraças commerciaes se teriam por ventura evitado, e as rendas do estado teriam resentido menos a sua influencia, se providentemente se houvessem removido causas tão significativas.

Em sua alta benevolencia não levará Vossa Magestade em mal que esta commissão pondere quanto convem não descurar as negociações para um tratado, de commercio com o imperio da China, e quanto importa que a exemplo de outras nações as mais civilizadas, sejam ali enviados pelo governo portuez commissarios habilitados e conciliadores, que sejam acompanhados de uma expedição condutora de amostras de nossas produções e artefactos, de presentes, se tanto for mister, que façam conhecidos no mais n'este imperio do universo os fructos da nossa lavoura, e da nossa industria. O futuro justificará inequivavelmente pela civilização e progresso d'aquellas regiões o sacrificio apparente, e os esforços que um governo illustrado imponha actualmente ao paiz para tal fim.

É já que o assumpto se presta naturalmente a indicações que promettem libertar o commercio de vinhos de obstaculos prejudiciaes, ou seria esta commissão lembrar a conveniencia de pugnar-se pela negociação de convenções com diversas potencias, que garantissem a propriedade da marca em nossos productos, e para exemplificar quanto este assumpto merece attenção, e quanto poderia proteger a saída dos vinhos portuguezes, a commissão indicará somente que, em França é avultadissimo o consumo de vinho da Madeira, mas de vinho emitido em Cete; pois que posto seja mui apreciado, é raro mesmo em Paris o bom vinho produzido e exportado pela nossa fertil possessão. Perdoe Vossa Magestade se a commissão reguladora da commercio e agricultura dos vinhos do Alto Douro, vendo navegar os interesses que representa em um mar de troçoas, e difficuldades se apartou naturalmente da derrota que lhe marcava a especialidade que descejava n'este momento tratar.

Com o mais profundo respeito pela pessoa de Vossa Magestade, ella resumir-se-ha agora ao objecto immediato d'esta representação.

Se tantos damnos se tem seguido de um descuido imperdoavel em deixar subsistir barreiras tão contrarias ao desenvolvimento do commercio de vinhos portuguezes, emagine-se por um momento o que importará uma redução na Gran-Bretanha sobre os vinhos francezes, se esta for exclusiva, embora temporariamente, quando se assevera que tal redução equivaleria a cerca de 75.000 réis da nossa moeda em cada pipa! Estremee o pensamento ao encerrar a ruína que de ahi proviria para Portugal;

e esforce-se o espirito em oppor a esta eventualidade os dictames da boa razão, e do direito garantido pela fé dos tratados.

Convém portanto que a opinião seja esclarecida, e que nenhum esforço seja poupado, nenhuma diligencia omittida para garantir o interesse dos subditos de Vossa Magestade contra as eventualidades de uma negociação desastrosa, ou contra o sophisma do seu direito. Ainda que a redução vigorasse exclusiva sómente em quanto as nações vinhatiras não accordassem com a Gran-Bretanha sobre bases identicas ou similhantes ás do tratado em questão, aquella concessão seria fatal ao commercio do vinho portuguez, supprindo-se os consumidores britannicos para muito tempo com vinhos relativamente baratos nos mercados francezes, em uma epocha em que o elevado valor dos vinhos em Portugal, causado pela successiva destruição da uva pelo oídium em sete annos consecutivos, torna difficilissima a situação dos possuidores, e perigosa a concorrência que se não gladia em campo aberto em identidade de circumstancias.

1.º Poderá pretextar-se da parte do governo britannico, que a receita publica soffria pela indemnização que tenha de conceder-se aos engarrafadores de vinhos do Porto, no caso de verificar-se a baixa aos direitos geraes sobre vinhos; e offerecer-se esta objecção.

2.º Poderá allegar-se que a redução á França produzirá compensação avultada para o commercio britannico na admissão de artefactos de li e algodão, e na redução dos direitos sobre materias primas.

A primeira objecção tem actualmente pequena importancia. É geralmente sabido quanto se acham reduzidos os depositos dos engarrafadores, attingindo uma cifra tão baixa, como não acontecia desde que vigora o systema de engarrafar os vinhos do Porto, para esperar annos o amudrecimento exigido pelo gosto do consumidor.

É portanto insignificante o sacrificio na receita publica, compensada pelo inevitavel augmento na quantidade a despachar logo que tenha logar a redução, sobretudo quando a providencia afaste d'estes reinos o flagello do oídium.

Ao segundo ponto oppor-se-ha com verdade que a França não parece disposta a ir tão longe nas suas concessões; como vae a pauta que vigora em Portugal; pois que as materias primas, taes como o algodão em rama, o ferro, carvão, etc., pagam apenas entre nós um direito estatístico, e alguns artefactos que, escusado é mencionar, pagam direitos tão baixos, como não existem em algum outro paiz da Europa.

Reconhece a commissão que alguns artigos ha em que a redução é aconselhada por nossa propria conveniencia economica, e a commissão citará simplesmente o bacalhau.

Ao arbitrio porém de um negociador habil, penetrado de respeito pelos interesses d'este paiz, deve estar sem duvida fazer concessão á Inglaterra, sobre bases identicas áquellas que esta estipular para a França em troca da redução igual nos vinhos portuguezes.

E não se creia que n'esta redução vae simplesmente o interesse do nosso paiz vinhatiro. Quanto não lucraria o consumidor britannico, substituido ás obnoxias imitações húngaras, rhenanas, francezas, hespanholas, e até inglezas (imitações em que rara vez entra vinho) o genuino vinho do Porto, tão medicinal e hygienico, por um preço ao alcance de todas as fortunas modicas?

Nas indicações que esta commissão acaba de fazer, não julga ella avarer desfalque na receita publica portugueza; pois que acabando o flagello das vinhos como é de esperar, e abolido o imposto actual de 500 réis na entrada, e o direito na saída pela barra do Porto, poder-se-ia sem inconveniente estabelecer um direito geral de 30 réis em almude de vinho exportado por todos os portos do paiz, que compensaria exuberantemente os impostos referidos. E demais a prosperidade consequente para o paiz decuplicaria as fontes de receita para o thesouro.

Taes são as considerações que em desempenho do seu dever a commissão reguladora vem apresentar a ponderação do patriótico animo de Vossa Magestade, e por muito feliz se dará se d'estas reflexões resultar algum proveito para as importantes classes que representa, e sobre tudo para os interesses da sua patria.

Deus guarde os preciosos dias de Vossa Magestade.

Alfandega do Porto, 1.º de fevereiro de 1860.—Antonio José Duarte Nazareth, presidente.—Feliz Manuel Borges Pinto de Carvalho.—Barão do Seixal.—José Cardoso Ferraz de Miranda.—Francisco de Oliveira Chaminé.

Senhor! Em sua representação do 1.º d'este mez teve a commissão reguladora a honra de expor a Vossa Magestade quanto importará á prosperidade do commercio e agricultura d'estes reinos prevenir que as estipulações do tratado de commercio, negociado entre a França e a Gran-Bretanha, não favorecessem os vinhos francezes com direitos differencias, que interferissem com o consumo dos nossos vinhos no seu primeiro mercado.

Hoje que pela proposta do chanceller do exchequer, feita no dia 10 do corrente ao parlamento inglez, são officialmente conhecidas as condições commerciaes d'aquelle tratado, e esta commissão vê, infelizmente, verificados os seus receios na classificação dos vinhos para o pagamento de direitos, não pôde ella deixar de mais uma vez apresentar a Vossa Magestade as considerações que a sua especial missão, e os mais importantes interesses agricolas de Portugal lhe sugerem.

Aquella proposta dirigida a assegurar aos vinhos francezes o exclusivo do consumo entre as massas da população, estabelece o direito de 1º por gallão sobre os vinhos que só continham até 15 por cento de espirito; 1º 6º sobre os que excedam 15 até 26 por cento, e 2º sobre os que excedam 26 até 40 por cento. Esta tabella, com

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 24 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Victoria, escuna portuguesa, capitão F. J. Soutinho, de Vianna em 2 dias, com milho, madeira, e encomendas a Charnica & Gonçalves; 11 pessoas de tripulação, e 14 passageiros, que são: Antonio José Martins, alfaiate; Manuel Esteves Thomé, José Esteves, Domingos Martins, pedreiro; Antonio Manuel Botas, Estevão Fernandes da Cunha, caixeiros; Luciano Alves Conceição, Gaspar Rodrigues de Oliveira, Antonio Ribeiro de Freitas, marítimos; José Martins de Sousa, José Martins Canito, trabalhadores; portugueses: Romão Fernandes, Victor Magdalena, Thomás Canai, serventes hespanhoes.

Oliveira, hiate portuguez, mestre J. Marques, de Setubal em 24 horas, com trigo e pedra; 6 pessoas de tripulação.

Saudade, bateira, mestre A. O. Lirio, de Setubal em 24 horas, com vinho; 7 pessoas de tripulação.

Carl & Julie, escuna russiana, capitão A. Smith, de Riga em 83 dias, com linha a J. Smith; 6 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Maria de Brabant, paquete belga a vapor, capitão J. F. Vervand, para Gibraltar, Malta, Odessa e Constantinopla, com fazendas; 30 pessoas de tripulação.

Emily, barca dinamarqueza, capitão C. Hamsen, para Melpourn, com trigo e mais generos; 19 pessoas de tripulação.

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, para Vigo e S. Nazaire, com varios generos; 28 pessoas de tripulação, e 47 passageiros.

Santa Brizida, cahique portuguez, mestre L. Martins, para Villa Nova de Portimão, com assucar, vasilhame e mais generos; 9 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: José Gonçalves Egidio, Francisco Antonio, negociantes; José Francisco, sapateiro; portuguezes.

Alcides, hiate portuguez, mestre P. J. Ferreira, para Vianna, com assucar e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, para o Porto, com fazendas e encomendas; 31 pessoas de tripulação, e 79 passageiros.

Boa Lembrança, hiate portuguez, mestre L. J. Viana, para Vianna, com assucar e mais generos; 7 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: José Joaquim de Freitas, empregado publico, portuguez.

Frederico, patacho portuguez, capitão J. G. Soares, para a ilha da Madeira, com telha e encomendas; 9 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: José Maria da Costa, caixeiro, portuguez.

Emulation, brigue noruegues, capitão U. S. Gregorson, para Stockholm, com sal e mais generos; 9 pessoas de tripulação.

Argo, galeota hollandeza, capitão J. G. Leffers, para S. Petersbourg, com cortiça e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 24 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 24 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 23

Entrou a barca portugueza *Paraense*, de Lisboa, em 4 dias.

Saídas—Portuguezes, hiates *Boa Hora*, para Setubal; *Novo Triunfo*, para a Figueira; *Tres Graças*, para o Havre de Grace; *Rasca Conceição Porto Seguro*, bateira *Olho Vivo*, ambos para Aveiro. —Ingleses, brigue *Superbe*, para Poole; patacho *Aurora*, para Gaspé. —Brigue hanoveriano, *Johan Henrich*, para Copenhagen. —Patacho russo *Riga e Porto*, para Riga.

Fôra da barra fica a rasca *Santa Maria*. O mar está bom.—O vento esteve O. brando e NO. regular, agora N. brando.

De Caminha, do dia 23
Não entrou nem saiu embarcação alguma.
Mar bom.—Vento NO.

De Aveiro, do dia 22
Entrou a escuna ingleza *Ordine*, procedente de Lisboa, em lastro.

Do dia 23
Entradas—Rascas *Conceição de Aveiro*, de Caminha, com milho; *Conceição Porto Seguro*, do Porto, com encomendas; *Moreira*, de Vianna, com milho; bateira *Olho Vivo*, do Porto, em lastro.

Saíu o vapor inglez *D. Pedro*, para Liverpool, com fructa.

Da Figueira, do dia 23
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Da Ericeira, do dia 23
Não entrou nem saiu embarcação alguma.
Mar bom.—Vento N.—Tempo claro.

De Villa do Conde, do dia 21
Não entrou nem saiu embarcação alguma.
Mar um tanto agitado.—Vento N.

Do dia 22
Não entrou nem saiu embarcação alguma.
O mar bom.—Vento N.

De Setubal, do dia 23
Entradas—Brigue noruegues *Concordia*, de Lisboa, em lastro; barca prussiana *Rurzermeister Schrivine*, de Lisboa, em lastro; hiate portuguez *S. Joaquim*, de Lisboa, em lastro.

Saíu o hiate portuguez *Oliveira*, para a ilha do Fayal, com sal.

Vento N.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 23
Entrou o hiate *Flor do Guadiana*, de Lisboa, com varios generos, em 2 dias.

Não saiu nem se avista embarcação alguma.
Mar bom.—Vento SO. regular.

De Villa Nova de Portimão, do dia 21
Não entrou nem saiu embarcação alguma.
Tocou neste porto o vapor portuguez *D. Luiz*, desembarcou um passageiro e carga, e seguiu seu destino.

Mar bom.—Vento variavel.

Do dia 22
Não entrou nem saiu embarcação alguma.
Mar bom.—Vento O. bonancoso.

De Lagos, do dia 21
Entrou o vapor portuguez *D. Luiz*, desembarcou

passageiros, e seguiu para Villa Nova de Portimão.

Mar bom.—Vento S. bonancoso.

Do dia 22
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento E.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 24 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 24 de março—3 por cento consolidado a 44,30—3 dito differido a 34,70 e 34,65.

Bolsa de Paris, em 24 de março—3 por cento francez a 68,20—4 1/2 dito a 95,15.

Bolsa de Londres, em 24 de março—Consolidados de 94 5/8 a 94 3/4.

AVISOS

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 26 do corrente, para Liverpool, o vapor *Minho*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até a 1 hora, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora da tarde do dito dia.

Administração central do correio de Lisboa, 24 de março de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO
A junta administrativa annuncia que na quinta-feira 29 do corrente mez, pelas duas horas da tarde, terá logar o pagamento do 1.º rateio das pensões do 1.º semestre de 1860 aos pensionistas desta associação, e continuará o referido pagamento em iguaes dias e horas das seguintes semanas.

É indispensavel a apresentação das certidões de vida e estado.

Lisboa, 21 de março de 1860.—O presidente da junta, Olympio Joaquim de Oliveira.

ASSOCIAÇÃO DE SOCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA
O ex.º presidente da assembleia geral convida a todos os socios para se reunirem em sessão no dia 1.º de abril, pelas onze horas da manhã, no local do costume, a fim de se proceder a eleição de diversos cargos da associação.—Francisco Rangel de Lima, secretario.

EMPRESTIMOS SOBRE PENHORES
No escriptorio do monte pio geral da marinha, junto a entrada principal do arsenal, empresta-se dinheiro sobre penhores de ouro, prata, joias, fundos publicos e acções do banco ou de companhias.

FUTURO SOCIAL
É convocada a assembleia geral a reunir segunda-feira 26 do corrente, pelas 7 1/2 horas da noite, nas salas do centro promotor. Ordem da noite: trabalhos pendentes, e continuação da palestra sobre os direitos e deveres dos cidadãos, em que é permitido o direito de discussão ás pessoas mesmo estranhas á associação.—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

ASSOCIAÇÃO FRATERNAL DE BARBEIROS, AMOLADORES E CABELLEIROS

O sr. presidente da assembleia geral convoca esta para se reunir no dia 26 do corrente mez, pelas oito horas da noite, sendo a ordem dos trabalhos a posse dos cargos, e trabalhos pendentes.

Lisboa e casa da associação, 20 de março de 1860.—O secretario, F. P. do Carmo e Sousa.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

OS PROJECTOS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES INDUSTRIAL E PESSOAL

Vendem-se nas principaes livrarias de Lisboa, Porto e Coimbra: preço 10 réis.

É o exame e explicação dos ditos projectos, apresentados á camara pelo ministro da fazenda.

O DIA 11 DE AGOSTO DE 1829

ou

A VICTORIA DA VILLA DA PRAIA

POEMA HEROICO

SEGUNDO DE NOTAS ILLUSTRATIVAS

E DOS DOCUMENTOS OFFICIAES D'AQUELLA EPOCHA

Acha-se á venda na loja do Sr. Lavado, rua Augusta n.º 8.—Preço 120 réis.

ANNUNCIOS

1 NO DIA 28 DO CORRENTE MEZ, pelas dez e meia horas da manhã, terá logar a trasladição dos restos mortaes do negociante da praça de Lisboa, João Antonio Lopes Pastor, do jazigo em que está depositado no cemiterio do alto de S. João para o seu proprio jazigo, que no mesmo cemiterio se lhe mandou construir.

2 PELO JUIZO DA 4.ª VARA, e cartorio do escripto Paes Gago, correm editos de trinta dias, a requerimento de D. Bonifacio Rodrigues Arias, a chamar quem tiver direito a oppor-se á justificação do desamblho do escripto n.º 268, do valor de réis 828\$200, metal, passado em 9 de julho de 1859 pela direcção geral da thesauraria do ministerio da fazenda, com o vencimento em 31 de dezembro do mesmo anno a favor de José Mendes Veiga, endossado por este em D. Miguel Amarilla, e finalmente na pessoa do justificante. Quem portanto se considerar com direito ao referido titulo ou escripto do ministerio da fazenda, o venha deduzir no dito prazo, com a pena de lançamento e de revelia.

3 PELO JUIZO DOS ORPHÃOS do bairro de Alfama, e cartorio do escripto 84, correm editos de trinta dias, chamando quem direito tiver ao producto do espolio do fallecido Manuel Antonio Saravia, arrecadado e vendido pelo dito juizo e cartorio em almoeida: isto para no dito prazo virem deduzir o referido direito, sob pena de lançamento e revelia, e de se julgar livre o producto para a fazenda nacional.

EDITAL

ANSELMO DAMAZIO ROUSSEAU GORJÃO, administrador do concelho dos Olivares, etc.

FAÇO SABER que no dia 27 do corrente mez, pela hora do meio dia, na quinta da Costa Larga, situada na rua do Sol em Chellas, se ha de abrir praça para se arrematarem, com o abatimento da quinta parte do seu valor, os seguintes bens por execução contra Gonçalo Antonio da Costa Caldas: 520 pas de oliveiras em 3 viveiros, e uma porção de cantaria que terá 320 palmos. Concelho dos Olivares, 16 de março de 1860.—Anselmo Damazio Rousseau Gorjão.

5 A D. ABBADESSA E MAIS RELIGIOSAS do convento de S. Bernardo de Almofar fazem saber que no dia 9 de abril proximo, pelas onze horas, no pateo do mosteiro, se hão de pôr em praça os Paues e Valle da Rosa, para serem

afordados em secções a quem mais der. As condições acham-se na procuradoria do dito mosteiro, onde poderá quem quizer obter licença regia para se reduzir as terras quarteiras a uma pensão sabida.

COMPANHIA BONANÇA

6 A DIRECÇÃO annuncia aos srs. accionistas que o dividendo do anno de 1859 é de 1\$200 réis por acção, o qual podem receber no escriptorio da companhia, rua de S. Francisco, n.º 6, todos os dias, das dez horas da manhã até ás tres da tarde, a começar no dia 27 do corrente mez. Os srs. accionistas residentes na cidade do Porto podem, querendo, receber os seus dividendos na delegação da mesma companhia, n.º 17, Lisboa, rua nova dos Ingleses, n.º 17. Lisboa, 24 de março de 1860.—Os directores, Jacinto da Silva Falcão—Luiz Francisco Midon.

COMPANHIA LISBOENSE DE ILLUMINAÇÃO A GAZ

7 POR ORDEM DO Ex.º Sr. PRESIDENTE da assembleia geral da dita companhia, e em virtude de resolução da mesma assembleia de 23 do corrente, são convocados todos os accionistas da companhia, qualquer que seja o numero de acções que possuam, para se reunirem na terça-feira, 27 do corrente, ás seis e meia horas da tarde, no seu escriptorio, na rua da Boa Vista, n.º 19, a fim de se continuar a discussão do projecto de reforma dos seus estatutos. Lisboa, 24 de março de 1860.—O secretario da assembleia geral, A. Nunes dos Reis.

8 EM O N.º 69 D'ESTE JORNAL, no annuncio feito pelo reitor do seminario de Santarem, em logar de—a bem da redução—deve ler-se—além da redução,—João de Deus Antunes Pinto.

ARREMATACÃO

NA PRAÇA DO COMMERCIO

Por intervenção do corrector do n.º A. O. Guimarães

9 NO DIA 29 DO CORRENTE, da uma ás duas horas, se fará venda em leilão da propriedade de casas, sita na rua do Salitre, n.º 29, 30 e 31: consta de lojas, dois andares, e aguas furtada. É livre de fôrro, susceptivel da renda de réis 180\$000.

Os titulos podem ser examinados no escriptorio do sr. Brito (tabelião ás Portas de Santo Antonio), e os mais esclarecimentos presta-os o dito corrector, Caes do Sodré, n.º 8, das nove ás onze horas.

ESPECTACULOS

THEATRO DE D. MARIA II

Hoje 26 de março, beneficio da actriz Carlota Tallas: *O Morgado de Fafe—O amor pedindo abrigo—A historia de um pataco.*

Quarta feira 28: a representação do drama em 3 actos, original portuguez—*Amor e arte—O Morgado de Fafe.*

REAL THEATRO DE S. CARLOS

Hoje 26 de março, em beneficio do 1.º baritonato absoluto o sr. Bartolini, irá novamente á scena a opera *Nabucodonosor*.

Terça-feira 27, 65.ª recita de assignatura. Opera *Nabucodonosor*.

THEATRO NACIONAL DA RUA DOS CONDES

Terça-feira 27 de março: *Honra e pobreza—Luiza e Augusto—Jeremias.*

Principia ás 7 horas e 3 quartos.

THEATRO DE VARIEDADES

Hoje 26 de março: *A Coroa de Carlos Magno.*

Terça-feira 27, em beneficio do actor Antonio Pedro—*Os Martyres da Germania.* O resto do espectáculo será annunciado nos cartazes.

Quinta-feira 29: *A Coroa de Carlos Magno.* Principia ás 7 horas e 3 quartos.

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE DOM LUIZ, NA ESCOLA POLYTECHNICA

Latitude + 38° 43' 45". Longitude + 9° 8' 19". Greenwich. Altitude 97,9 metros. Distancia ao Tejo 4,226

QUADRO COMPLEMENTAR

1860		THERMOMETROS DAS TEMPERATURAS LIMITES								UDÓGRAPHO		VAPORIMETRO		OZONOMETRO		ANEMÓGRAPHO		ESTADO GERAL DO TEMPO, ETC.										
FEVEREIRO		MAXIMA	MINIMA	VARIAÇÃO DIURNA	MÉDIAS DIURNAS	MAXIMA AO SOL	MAXIMA NA RELVA	MINIMA NA RELVA	MINIMA NO ESPELHO PARABOLICO					DE NOITE		DE DIA												
DIAS E PHASES DA LUA		GRAUS CENTESIMAIS								MILLIMETROS		GRAUS MEDIOS		KILOMETROS POR DIA		9 HORAS DA MANHÃ				MEIO DIA		3 HORAS DA TARDE		9 HORAS DA NOITE				
1		13,6	7,7	5,9	10,6	20,2	27,6	4,4	-	0,1	0,80	10,0	7,5	416	Enc. chuv.	Nuv. disp. t?	Nuv. v. fr., peq. ag. por inter.	Nuv. chuv. por inter.										
2		10,0	4,9	5,1	7,4	15,9	25,9	-2,4	-	0,0	4,00	8,0	7,5	628	Hor. emn. m. b. t.	Nuv. disp. t. m.º ventoso	T. bast. ventoso	M. b. t. e sec.										
3		9,0	2,6	6,4	5,8	16,1	28,0	-3,5	0,2	0,0	5,20	4,5	7,0	461	M. b. t. ge.	M. b. t.	M. b. t. e f. e m.º ventoso	T. f. e m.º ventoso										
4		8,6	1,2	7,4	4,9	12,7	20,1	-2,8	-0,3	0,0	6,00	6,0	7,0	822	T. cl. e fr., ge.	T. cl. e m.º ventoso	T. f. e m.º ventoso	T. cl. e ventoso										
5		10,2	1,6	8,6	5,9	16,4	27,7	-1,1	0,1	0,0	7,16	5,5	5,0	621	T. ventoso e f.	T. cl. e ventoso	T. cl. e ventoso	M. b. t.										
6		10,1	1,3	8,8	5,7	19,8	33,3	-6,1	-1,8	0,0	4,20	5,5	4,5	199	T. cl. e f., ge.	Hor. lig.º emn., m. b. t.	M. b. t.	M. b. t.										
7		13,5	1,4	12,1	7,4	24,0	36,3	-0,9	0,2	0,0	3,36	5,0	4,5	299	T. ventoso e f., ge.	Enc. asp. de trov., ch. ra. ás 8 m.	Enc. t. som.	M. b. t.										
8		12,9	5,2	7,7	9,0	17,3	27,8	-2,1	2,7	3,9	2,20	5,0	4,0	238	Nub., asp. de trov., ag. ás 3 m.	Nub., t. ag.	Nub. ch. mi. até ás 2 h. 30'	M. b. t.										
9		15,0	6,1	8,9	11,9	20,3	31,9	7,4	-	2,9	2,08	9,0	9,5	428	Nu. disp., m. b. t.	Hor. lig.º emn., t. alg. t. ventoso	Nub., t. ag.	Nu. disp., t. alg. t. ventoso										
10		11,1	6,1	5,0	8,6	20,0	32,5	0,2	-	0,0	2,68	8,0	5,5	408	Nu. disp., m. b. t.	Hor. nub., ch. ra. ás 8 m.	Nub., t. ag.	M. b. t.										
11		11,9	4,5	7,4	8,2	20,0	28,0	-2,3	1,2	0,0	5,00	5,5	4,5	416	Hor. nub., ch. ra. ás 8 m.	Nu. disp., t. ventoso	Nub., t. ag.	Nu. disp., t. alg. t. ventoso										
12		11,3	4,0	7,3	7,6	19,0	28,0	-1,3	3,8	0,3	2,70	7,0	8,5	476	M. b. t. ge.	Nu. disp., t. ventoso	Nub., t. ag.	M. b. t.										
13		9,4	3,8	5,6	6,6	19,6	36,0	-2,5	3,8	0,0	4,90	6,0	5,0	506	Hor. nub., t. f., ge.	T. f. e alg. t. ventoso	Nu. disp., v. fr., b. t.	Nu. disp., b. t.										
14		7,5	1,0	6,5	4,2	14,8	28,7	-5,3	-1,9	0,0	5,60	8,0	6,0	545	Nu. disp., t. f., ge.	T. ventoso e f.	Nu. dest. t. ventoso e f.	M. b. t.										
15		6,3	-1,5	7,8	2,4	12,8	26,7	-6,9	-3,2	0,0	4,70	5,0	8,0	636	T. ventoso e f., ge.	T. ventoso e f.	Nu. disp., hor. emn., t. f. e ventoso	T. f. e alg. t. ventoso										
16		9,2	1,0	8,2	5,1	15,0	28,7	-2,9	-	0,0	6,20	6,0	5,0	608	Nu. disp., v. fr., b. t.	T. f. e ventoso	V. fr., t. f.	Told., chuv., t. ventoso e f.										
17		11,0	2,6	8,4	6,8	18,0	34,2	-5,2	0,4	0,0	6,20	5,0	6,0	619	Nu. disp., v. fr., b. t.	Nu. disp., v. fr., t. sec.	Nu. disp., b. t.	T. f. e alg. t. ventoso										
18		8,1	1,6	6,5	4,8	13,3	27,2	-5,3	-0,5	0,0	6,08	6,0	5,0	541	T. ventoso e f.	Lig.º nub., v. alg. t. fr., t. f. e sec.	T. f. e sec.	Lig.º nub., b. t.										
19		10,4	1,1	9,3	5,7	16,5	-	-3,1	-0,7	0,0	4,12	6,0	5,0	459	T. f. e alg. t. ventoso	Nub., chuv. ás 10 h. 15'	Nu. disp., chuv. e peq. ag. por inter.	Nu. disp., chuv.										
20		12,6	5,8	6,8	9,2	19,7	-	-0,0	1,8	0,0	4,40	7,0	7,0	577	Nuv. disp., b. t.	Nub., v. fr., chuv.	Nu. disp., b. t.	Told., chuv. ás 10 n.										
21		13,0	8,3	4,7	10,6	21,7	-	4,3	0,0	0,0	3,76	8,0	8,0	462	Nuv. disp., chuv. por inter.	Nub., ag. for. ás 10 h. 30'	Nu. disp., b. t.	Nu. disp., ch. mi. pela t.										
22		13,8	7,9	5,9	10,8	22,0	31,2	3,1	2,4	0,0	3,14	6,0	8,0	305	Nub. peq. ag. por inter.	M. b. t.	M. b. t.	Enc. ch. mod.										
23		12,5	6,3	6,2	9,4	22,2	37,5	1,5	-	0,0	2,80	7,5	5,5	301	Nuv. disp., b. t.	Told., ch. mi.	Enc. ch. mi.	Enc. ch. ra. depois										
24		11,0	2,9	8,1	6,9	19,4	25,1	-3,5	1,4	4,5	3,88	8,0	8,0	175	Nub., h. t.	Enc., ch. mod. até ás 8 h. 30' m.	Nub., b. t.	Nub., b. t.										
25		12,2	7,9	4,3	10,0	16,0	25,0	7,4	-	12,7	1,90	9,0	7,0	243	Enc. ch. mod. até ás 8 h. 30' m.	Lig.º nub., m. b. t.	Enc., b. t.	Enc., b. t.										
26		14,8	6,2	8,6	10,5	23,1	32,7	4,1	9,6	0,5	1,80	8,0	8,0	209	Enc. m.º emn., chuv. antes	M. b. t.	Nu. dest., b. t.	Told., b. t.										
27		14,9	9,5	5,4	12,2	24,1	39,0	2,8	6,8	0,0	2,00	9,0	4,5	397	M. b. t.	Lig.º nub., m. b. t.	Lig.º nub., b. t.	Nub., b. t.										
28		18,0	9,4	8,6	13,7	28,1	40,6	0,4	6,1	0,0	2,76	8,0	4,0	270	M. b. t.													
29		17,7	8,5	9,2	13,1	26,9																						
MÉDIAS																		DÉCADAS										
das décadas		1.ª	4,09	7,31	7,74	18,37	29,11	-1,10	0,18	-	-	6,65	6,20	452,0					CHUVA		ÁGUA EVAPORADA		VENTOS PREDOMINANTES					
2.ª		9,77	2,39	7,38	6,08	17,08	30,78	-3,78	0,18	-	-	6,40	6,20	538,3					ST. INF.		ST. SUP.							
3.ª		14,21	7,43	6,78	10,82	22,61	33,03	1,52	5,90	-	-	7,39	6,44	286,1					Total da 1.ª década		7,0 mil.		6,9 mil.		q. NE. e NNO.			
																			da 2.ª		0,4		49,96		qq. NE. e NO.			
																			da 3.ª		21,3		23,56		q. NO.			
do mez		11,71	4,54	7,17	8,13	19,21	30,83	-1,21	1,64	-	-	6,79	6,28	430,3					Total do mez		28,7 mil.		27,3 mil.		111,22 mil.		qq. NE. e NO.	